

EDITORIAL

No campo da avaliação da educação superior, portanto, na área desta Revista, dentre outros temas que hoje têm grande notoriedade no Brasil, dois são tratados em artigos que ora apresentamos ao leitor: a questão da avaliação institucional, que no momento ganha centralidade no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), e a acreditação no âmbito da educação transnacional. Como já se tornou comum, os artigos desta 33ª edição provêm de estudiosos brasileiros e estrangeiros, estes especialmente do Mercosul. Aprovada a nova lei que trata da avaliação superior brasileira, agora se trata de implementar com eficácia e qualidade o SINAES. Para tanto, é necessário discutir mais amplamente e com mais profundidade o tema da avaliação institucional. Nessa discussão, ganham relevância as distinções paradigmáticas; não só se deve conhecer as bases epistemológicas dos diversos enfoques e modelos avaliativos, mas também e de modo muito intenso buscar os significados éticos e políticos da aplicação dos diferentes instrumentos no que isso tem a ver com a construção da educação superior e da própria sociedade brasileira. Porém, como estamos mergulhados na globalização, gostando ou não de como ela afeta a vida das nações e das pessoas de todo o mundo, não descartando a nossa própria vida pessoal, é importante analisar os contextos globais que impõem os significados e as direções das transformações da educação superior. Como não poderia deixar de ser, nessas transformações a avaliação e a acreditação têm uma função de grande importância. É por isso que já havíamos discutido no número anterior a questão da educação superior transnacional (sem fronteiras) e o tema de fundo que está em disputa em qualquer reforma ou mudança: educação superior é bem público ou serviço/bem negociável? Nesta edição, também trazemos à discussão, e ao conhecimento do público brasileiro, alguns acordos concernentes à acreditação de cursos que pouco a pouco se implementam no âmbito do Mercosul.

Michelangelo Trigueiro traça um panorama das práticas de avaliação institucional nas IES brasileiras. Para ele, a avaliação está muito pouco institucionalizada. Considera importante que as IES construam os processos avaliativos como práticas constitutivas do processo global de gestão da instituição. A avaliação, então, deve intervir na formulação de visões estratégicas para a construção de projetos institucionais, que sintetizam os interesses, necessidades, objetivos e diretrizes de cada IES. Para a eficácia desses processos, é imprescindível a participação ativa de todos os atores institucionais. Cabe destacar que a participação e o envolvimento dos agentes nos processos de avaliação é uma idéia recorrente em diversos artigos desta Revista. **Ana Maria Eyng** apresenta uma reflexão importante sobre um tema fundamental: a avaliação se constitui uma estratégia de grande significação para a construção da identidade institucional. Para a autora,

há uma forte correlação entre auto-conhecimento institucional, proporcionado pela avaliação institucional participativa e formativa, e o fortalecimento da identidade institucional. Conhecendo-se a si mesma, a instituição também vai dinamicamente aperfeiçoando suas competências implicadas na efetivação de suas finalidades como instituição educativa. Desta forma, se também é importante a avaliação externa, mais ainda o será a avaliação interna, contando com ampla participação, pois é aí que se vai elaborando a aprendizagem coletiva. **Maria de Fátima de Paula e Marcela Davino de Azevedo** elaboram um estudo sobre as práticas de avaliação institucional conduzidas pela Universidade Federal Fluminense. Partindo do princípio que a educação é um bem público, é fundamental a reflexão também pública sobre sua responsabilidade social. Assim, a universidade deve priorizar a formação para a cidadania ativa e pôr em questão o sentido da formação, da construção do conhecimento e dos vínculos com a sociedade. Por isso, consideram as autoras que a avaliação ultrapassa em muito a simples mensuração e os procedimentos que reproduzem a lógica instrumental. Concluem que “a UFF tem procurado suas alternativas, no que se refere ao processo de auto-avaliação. Contudo, no tocante aos procedimentos externos de avaliação impostos pelo MEC, a UFF os têm reproduzido, ficando as resistências a cargo do movimento estudantil, em especial de alguns cursos mais politizados”. **Aguinaldo Gonçalves e Ana Carolina Basso Schimitt** relatam estudos conduzidos pelo Grupo de Saúde coletiva e Atividade Física da Unicamp. Aqui já não estamos mais no âmbito da avaliação institucional, embora este estudo também possa fazer parte de algum processo de tal natureza. Trata-se aqui de estudo de uma disciplina, que pode integrar um avaliação curricular. De modo particular, os autores estão preocupados com o estatuto epistemológico da Educação Física e sua função na sociedade. Apresentam a produção do grupo com vistas a subsidiar decisões setoriais no âmbito da Educação Física e da Saúde. Além disso, podem ter interesse os dados apresentados a respeito de hábitos de estudantes universitários, do ponto de vista da educação física. **Julio M. Martin**, reitor da Universidade Autônoma do Paraguai, apresenta em seu texto o “estado da arte” do mecanismo experimental de acreditação de alguns cursos universitários do Mercosul. Descreve os antecedentes dos acordos, os procedimentos e instrumentos, bem como o estado atual de sua implementação. Produziram-se acordos sobre princípios gerais, critérios e procedimentos para a acreditação dos cursos selecionados, pautas de auto-avaliação, e foram criadas várias agências de avaliação e acreditação, além dos marcos legais, nos países do Mercosul, com o objetivo de facilitar o reconhecimento de títulos e diplomas universitários e os intercâmbios de colaboração. Admitindo ter havido progresso nesse mecanismo, o autor chama a atenção, por outro lado, para a insuficiência dos organismos acreditadores internacionais no Mercosul. **Rodolfo Lémex** apresenta uma análise comparada de práticas de acreditação vigentes em alguns países latino-americanos, explicitando os fatores comuns a es-

ses países. Para tanto, baseia-se em estudos realizados pela Unesco, pelo Programa ACRO e pela OCDE, comparando sistemas e procedimentos de acreditação praticados em diferentes países do mundo. Chama a atenção para a questão da “propriedade” (titularidade) da acreditação. Em geral, quando os governos são os protagonistas, a acreditação é concebida como controle e prestação de contas. Quando é do sistema de educação superior a “propriedade”, a tendência é de que a acreditação se oriente à melhoria da qualidade. E conclui: “a acreditação só pode funcionar como ferramenta de desenvolvimento da educação superior quando se consiga o envolvimento da instituição, e esta se sinta motivada e comprometida com a mudança”. **Rodrigo Arocena, Claudia Cohanoff y Amílcar Davyt** defendem a idéia de que é necessária uma reflexão coletiva sobre a imprescindível mudança na formação dos cientistas básicos na América Latina. O grande problema é que na América Latina, segundo pensam os autores, os países tiveram uma relação muito escassa com a geração endógena de conhecimentos científicos e tecnológicos. Para reverter essa situação, é necessário construir uma base cultural e social muitíssimo mais sólida do que aquela que até o presente tem havido. Dentre as várias sugestões, apontam que no currículo das Ciências Básicas deveria ser aberto um espaço para estudos interdisciplinares, com participação de especialistas das ciências humanas e sociais, que ajudem a construir visões integrais do conhecimento científico e da natureza. Além disso, seria necessário rever os critérios com os quais são avaliados os cientistas da área, reconhecendo e estimulando a pluralidade de esforços envolvidos na construção da base social e econômica da pesquisa latino-americana. **Carlos Pérez Rasetti** apresenta considerações a respeito da acreditação e da formação dos engenheiros na Argentina. De modo especial, trata da ACCEDE (Análise de conteúdos e competências de que efetivamente dispõem os estudantes), uma prova voluntária para os alunos, anônima, aplicada nos cursos de engenharia. Os processos de acreditação de 240 cursos de engenharia protagonizada pela Comissão Nacional de Avaliação e Acreditação Universitária (CONEAU) na Argentina, iniciados em 2002, produziram muitas mudanças na formação dos engenheiros. Por outro lado, os processos de acreditação também evidenciaram uma série de problemas que requerem políticas públicas mais integrais a serem implementadas pelo governo, em articulação com uma política de reconstrução da indústria nacional.

ERRAMOS: Na edição anterior (junho 2004), na capa e no sumário, foram colocados os nomes de Maria José Jackson Costa e Maria Amélia S. Zainko como autores de um texto que, na realidade, houvera sido publicado na edição de março de 2004. Segue-se correção dos nomes dos autores e do título do artigo publicado, como acertadamente consta na página 81 do número de março: **Carlos Walter Kolb e Maria Amélia Sabbag Zainko** – *Os aspectos perversos da exclusão social no ensino superior: uma análise crítica dos dados sócio-educacionais dos candidatos da UFPR ao vestibular 2002/2003*”. Pedimos desculpas aos autores e leitores por esse erro.